

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE
DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS
DA EDUCAÇÃO

REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO NA ESCOLA E O OLHAR DOS
EDUCADORES

FABIANA FAUSTO LIMA

PATOS
2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINA GRANDE
DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS
DA EDUCAÇÃO

REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO NA ESCOLA E O OLHAR DOS
EDUCADORES

Monografia apresentada por Fabiana Fausto Lima, ao Departamento de Teoria de Prática de Educação da Universidade Estadual de Campina Grande, como um dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Fundamentos da Educação.

Orientadora: Prof^o Marianne Souza Barbosa

PATOS
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732r Lima, Fabiana Fausto
Reflexões sobre a inclusão na Escola e o olhar do Educador
[manuscrito] / Fabiana Fausto Lima. - 2014.
35 p.

Digitado.
Monografia (Fundamentos da Educação: Prát. Pedag.
Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-
Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Profa. Ma. Marianne Souza Barbosa,
PROEAD".

1. Educação Inclusiva. 2. Deficiência. 3. Atendimento
especializado na escola. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

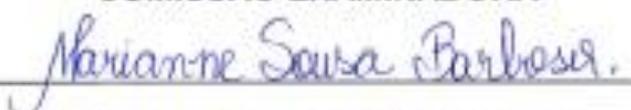
FABIANA FAUSTO LIMA

**REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO NA ESCOLA E O OLHAR
DOS EDUCADORES**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 06 / 12 / 2014

COMISSÃO EXAMINADORA



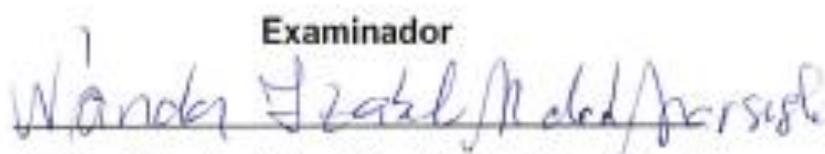
Prof. Msc. Marianne Sousa Barbosa

Orientadora



Prof. Dr. José Nilton Conserva de Arruda

Examinador



Profa. Msc. Wanda Izabel Monteiro de Lima Marsiglia

Examinadora

Todo meu trabalho ao ser relevante que existe. Aquele capaz de transformar os corações dos que permitem.

A **DEUS** todo o meu ser. Tudo o que tenho e sou.

Posso tudo naquele que me fortalece nada e ninguém no mundo vai me fazer desistir, quero sem medo entregar meus projetos deixar me guiar pelos os caminhos que DEUS desejou para mim, vou perseguir tudo aquilo Deus já escolheu pra mim, realizar o sonho mais lindo que Deus sonhou esperar e crê. E na alma a certeza da vitória precisa de ti Senhor sozinho nada posso. DEDICO.

AGRADECIMENTOS

O DEUS, autor da minha história doando amor, paciência e coragem nesta jornada, dia após dia me cerca com fidelidade nunca me deixes esquecer que tudo que tenho que sou vem do Senhor.

A minha **FAMÍLIA**, que contribuiu na formação de alguém que busca obediência, Em especial a minha mãe **MARIA DE LOURDES FAUSTO** dádiva de Deus que me ama e estar presente nas horas boas e difíceis a Ela todo meu amor.

Ao meu esposo **AURIANO**, o qual me incentiva, teve paciência, sabe me ouvir e acolher, um presente Deus para minha vida.

A **MARIANNE BARBOSA** que ao longo do curso orientou-me para um bom êxito do trabalho.

Ao meu amigo **JOÃO PAULO** presente em todos os momentos do curso com sua doação de fraternidade.

DEFICIÊNCIA

Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência que dono do seu destino.

Louco é quem não procura ser feliz com o que possui.

Cego é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

Surdo é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou um apelo de seu irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho.

Paralítico é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de ajuda.

Diabético é quem não consegue ser doce.

Anão é quem não sabe deixar o amor crescer. E, finalmente a pior das deficiências é ser miserável, pois: miseráveis são todos que não conseguem falar com Deus.

Mário Quintana

RESUMO

O atendimento Educacional Especializado é a forma de alcançar um novo olhar para a educação inclusiva, a qual vem se tornando desafiadora para o sistema de ensino, pois o direito à educação não se configura apenas pelo o acesso, materializado na matrícula do aluno junto ao estabelecimento escolar, mas também pela sua participação e aprendizagem ao longo da vida. Nesse sentido o trabalho de pesquisa faz um rastreamento da história da deficiência que se perpetua ao longo dos anos, tipos de necessidades que existem na cidade da área de estudo, bem como a definição do atendimento educacional especializado, a relevância da sala multifuncional no processo de inclusão e principalmente a percepção dos educadores com relação à educação inclusiva, os quais se mostram entusiasmados com o grupo de estudo denominado GEESP (grupo de estudo em educação especial), criado com intenção de formação e conhecimento sobre como lidar com crianças deficientes. Para uma fundamentação teórica buscou-se apoio em Carvalho (1997), Alves (2006), Revista Marília (2008), Aranha (2006), Silva (2004), dentre outros. Reconhecendo que trabalhar com classe heterogênea que acolhe as diferenças traz inúmeros benefícios ao desenvolvimento das crianças deficientes e não deficientes, na medida em que estas têm oportunidade de vivenciar a importância do valor da troca e da cooperação nas interações humanas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Deficiência, Atendimento Especializado, Educadores.

ABSTRACT

The service education specialized is the way of to achieve a look new for the including education, which go if only turning challenged for the educational system, well the straight at educational check not only when approach, supply in registration the student together as school establishment, but also by its participation and learning when throughout in the life. This meaning the research assignment it do an tardily of story of deficiency that it's continue when throughout the years, type of necessity what there is in city to area of study, good as definition service education specialized, the importance of room multifunctional in process to include and principally the notice offs educators with connection the including education, the whom they show thrills with the group of study denominate GEESP (group of study in special education), upbringing with intention of education formation and knowledge about as to deal with defective children. In a fundamental theoretical meted on support of Carvalho (1997), Alves (2006), and Revista Marília (2008), Aranha (2006), Silva (2004), among others. Recognizing what to work with heterogenic class which welcome the deference bring countless benefits as development the defective children and defective not, in city à the these have opportunity of vivenciar the importance in worth in return and cooperation on humane interactions.

Key Words: Including Education, Deficiency, Service Specialized and Educator.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.Informações Preliminares: Inclusão.....	11
1.1 Perspectiva Histórica.....	13
1.2 A inclusão e o direito a um atendimento educacional especializado.....	16
1.3 Objetivos da sala de recursos multifuncionais.....	18
1.4 Sala de Recursos multifuncionais em Livramento-Paraíba.....	21
2. O Olhar dos Educadores.....	25
3. Considerações Finais.....	29
4. Referências Bibliográficas.....	32
Anexos	33

INTRODUÇÃO

A inclusão está fundamentada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interação positivas, possibilidades, apoio as dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar.

Tendo em vista que o atendimento educacional especializado faz parte da inclusão, a escola deve estar preparada para enfrentar os novos desafios, a qual provoca a melhoria da qualidade da educação; pois para que os alunos com deficiência possam exercer o direito à educação, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. A transformação da escola não é, portanto, uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência ou dificuldade de aprendizagem. Assim sendo, ela deve ser ancorada como um compromisso das escolas, que terá a inclusão como consequência.

Diante dessas indagações, realizamos o presente estudo tendo como objetivo, analisar a percepção dos educadores com relação a inclusão, definindo o atendimento educacional especializado, bem como a importância da sala multifuncional e identificando os tipos de deficiências que existente na sala de recurso multifuncional na cidade de Livramento-PB.

Para atingirmos esses objetivos procedeu-se ao seguinte percurso metodológico: No primeiro momento, foi realizada uma investigação teórica - crítica sobre a perspectiva histórica da deficiência a fim de identificar conceitos, da Declaração de Salamanca, Deficiência, atendimento educacional especializado.

Também foi apresentado o percurso metodológico que conceitua inclusão, escola inclusiva e sala de recurso multifuncional baseada na realidade de Livramento. No segundo momento, procedeu-se um estudo com amostra de dez educadores da rede Municipal de ensino das escolas Maria Salomé e Alcides Carneiro. Foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário, contendo perguntas objetivas e subjetivas. Tal questionário foi aplicado sob forma de entrevista.

O referencial teórico foi estruturado através de estudiosos renomados acerca do tema em estudo, no qual nos portaremos a concepção de diferentes autores tais

como: Carvalho (1997), Alves (2006), Revista Marília (2008), Aranha (2006), Silva (2004), entre outros, enfatizando a análise do atendimento educacional especializado.

Foram traçadas as considerações finais, pautada na relevância de estar em busca constante da aprendizagem, em que o professor é parte fundamental dessa transformação, em parceria com a escola inovadora nas ações que, por conseguinte nascerá a desejada inclusão.

CAPÍTULO I

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES: INCLUSÃO

A inclusão pode ser definida como um modelo de educação, que propõe modelos de escola onde todos possam participar e serem recebidos como membros valiosos delas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo alunado em um contexto educativo comum. Por essa via Morina (2004) explica que na educação inclusiva se recebe como um processo inacabado que desafia qualquer situação de exclusão, procurando mecanismos para eliminar as barreiras que obstaculizam uma educação para todos.

O olhar crítico para a historia da humanidade revela, com muita clareza que nenhuma sociedade se constitui bem sucedida, se não favorecer, em todas as áreas da convivência humana, o respeito a diversidade que a constitui.

Nenhum país alcança desenvolvimento se não garantir, a todos os cidadãos, nas etapas de sua existência, condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica.

A educação tem nesse cenário, papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual deve favorecer, a todos os cidadãos o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competência, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania.

A educação especial tem sido atualmente definida no Brasil, segundo uma perspectiva ampla, que ultrapassa a concepção de atendimentos especializados, tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos.

Conforme define a nova LDB (Lei de Diretrizes de Base) trata-se de uma modalidade de educação escolar voltada para formação do indivíduo, com vistas para o exercício da cidadania.

Como elemento integrante e indistinto do sistema educacional, realiza-se transversalmente em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organizações e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos, a exigir diferenças nos atos pedagógicos que contemple as necessidades educacionais de todos. Os serviços educacionais especiais, embora diferenciados, não podem desenvolver-se isoladamente, mas devem fazer parte de uma estratégia global de educação e visar suas finalidades gerais.

A verdadeira inclusão requer a reestrutura do sistema educacional de modo que este cuide de todos os alunos, dando-lhe condições de pleno acesso a participação, promovendo reflexão sobre políticas globais de educação e mudança de enfoque da educação especial para a diversidade.

Enfim, a inclusão não significa apenas inserir o aluno com deficiência na escola. Não podemos apenas colocá-lo em sala de aula, sem condições necessárias, é preciso adaptação física, munir a escola de material didático específico. Se não houver uma proposta pedagógica de inclusão, um projeto político pedagógico flexível, em que o corpo de profissionais acredite no processo inclusivo, de forma real e possível, evidentemente surgirá problemas de difíceis soluções.

Todos os sistemas de educação independentemente do contexto político, social, cultural e econômico devem seguir incorporando em suas agendas mecanismos para ir avançando para práticas mais inclusivas. Neste sentido Ainscow apud por Morina (2008, p.17).

Expressa a necessidade de considerar que cada menino e menina são importantes, supõe-se que deveremos questionar o que estamos fazendo e teremos que propor o que podemos

fazer para chegar a ser inclusivos em nossas práticas políticas, práticas, atitudes.

É, pois, nesse processo de inclusão, o qual se observa que não existe uma única forma de exclusão, mas pode-se dizer, em termos, de que se trata de um processo estrutural e não conjuntural.

1.1 A Perspectiva Histórica

Na trajetória da humanidade, é habitual observarmos que várias condições sociais têm sido consideradas como deficientes, em atribuições de valores e atitudes culturais específicas.

Na sociedade, a criança, a mulher e o idoso são vítimas de abusos de poder e de superioridade. Estas variações na condição e comportamento do ser humano sejam na opressão e ou na qualidade de elevado, são considerados distintos e diferentes da maioria.

Em vários aspectos, a problemática da deficiência reflete a maturidade humana e cultural de uma comunidade. Existe implicitamente uma condição que está na base do julgamento que distinguem deficientes e não deficientes. Almeida (et al, 2010, p.4) “Esclarece que esta condição obscura, perspicaz e confusão, procura de alguma forma, afastar ou excluir os indesejáveis, cuja presença ofende perturba e ameaça a ordem social”.

Ao longo do tempo, estas marcas sofreram alterações significativas. A perspectiva da deficiência movimentou-se sempre ligada a crenças sobrenaturais, demoníacas e supersticiosas. Estes aspectos veiculam a ignorância que, por sua vez gera atitudes de culpa, compaixão, desespero e indignação.

Uma primeira e primitiva segregação foram à supressão dos que eram deficientes, em Esparta, uma comissão especial reconhecia a criança e dava-lhe ou não o direito de sobreviver, conforme fosse bem ou mal configurada.

Na China, os surdos eram lançados ao mar e na Gália foram sacrificados a teutais por ocasião da festa do agárico. Em Atenas eram abandonas na floresta. Na Idade Média eram frequentes apedrejamentos ou condenados a morte nas fogueiras da Inquisição. Já no século XIX e início do século XX foi usada a esterilização para evitar a reprodução desses seres imperfeitos. O mesmo aconteceu na época do nazismo hitleriano, os quais foram eliminados cem mil deficientes nas clínicas eugênicas numa proporção de cinquenta mulheres por cada homem. Em paralelo a estas atitudes de aniquilação apareciam, também pessoas em grandes asilos e atitudes dispersas de rejeição, vergonha e medo. (RODRIGUES et al 2010,P.5)

Com os ideais de Revolução Francesa, as pessoas passaram a ser objeto de assistência, mas ainda não de educação, e entregues ao cuidado de organizações caritativas e religiosas.

Segundo Rodrigues (2010) depois da Segunda Guerra Mundial, com a valorização dos direitos humanos, surgem conceitos da igualdade, direito à diferença, justiça social e solidariedade. Organizações como: ONU, UNESCO, OMS e OCDE conseguiram que os deficientes passassem a ser possuidores dos mesmos direitos e deveres de todos os outros cidadãos. Possibilitando a estes indivíduos o direito à participação na vida social e a sua conseqüente integração escolar e profissional. Jannuzzi, citado pela revista Marília (2008, p.104) explana a historia da educação especial como:

Ao resgatar historicamente a educação do deficiente no Brasil, cita que a Educação Especial surgiu em razão da “[...] necessidade de integração de conhecimentos vindos de ciências [...]” (2004, p.195). O autor assume, desse modo, um caráter de filantropia, no final do séc. XIX, período em que surgiram duas instituições governamentais para a educação de deficientes visuais e auditivos. Já no século XX, a Medicina, que até então mantinha exclusividade para explicar as questões da Educação Especial, foi aos poucos substituída pela Psicologia e, por meio das Sociedades Pestalozzi, surgiram as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), nos anos de 1950, e, posteriormente, campanhas para a educação de deficientes visuais, auditivos e mentais.

Ainda sobre o tema, Carvalho (1997) cita os principais documentos internacionais que abordam a deficiência no âmbito da Educação:

[...] (a) Declaração de Cuenca, de 1981; (b) Declaração de Sunderberg, 1981; (c) Resoluções da XXIII Conferência Sanitária Panamericana, 1990; (d) Declaração Mundial de Educação para Todos, 1990; (e) Informe Final do Seminário da UNESCO, realizado em Caracas, 1992; (f) Declaração de Santiago, 1993; (g) Normas Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Incapacidades, aprovadas em Assembléia Geral das Nações Unidas, 1993; e (h) Declaração de Salamanca, de Princípios, Política e Prática em Educação Especial, 1994. (CARVALHO, 1997, p. 33).

Com o fim da influência exclusiva da Medicina, a Educação Especial passa a ser enfatizada no seu aspecto educacional e, mais especificamente, na década de 1990, o enfoque ensino-aprendizagem é priorizado, tendo início uma série de estudos e publicações na área que abordam a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino.

Para definir, necessidades educacionais especiais (NEE) Rodrigues explica que começou a ser difundido em 1978 a partir da sua adoção no relatório Warnock, apresentado ao parlamento do reino Unido, pelas as secretarias do estado para o país de Gales. Este relatório foi resultado do primeiro comitê britânico ou dificuldade presidida por Mary Warnock, que foi reconstituído para reavaliar o atendimento aos deficientes. Os resultados demonstram que vinte por cento das crianças apresentaram necessidades educativas especiais em algum período de sua vida escolar.

Ainda para Rodrigues (2010) o relatório propõe o conceito de necessidades educacionais especiais. No entanto esta definição só foi adotada e redefinida em 1994 na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), passando abranger todas as crianças e jovens cujas necessidades envolvam deficiência ou dificuldades de aprendizagem. Inclui tanto crianças em desvantagens, como as chamadas superdotadas, bem como crianças de rua ou e situação de risco, as que trabalham as de população remota ou nômades, crianças pertencentes à minoria étnicas ou

culturais e crianças desfavorecidas ou marginais, assim como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional.

1.2 A inclusão e o direito a um atendimento educacional especializado

Desde a Declaração de Salamanca, surgiu o termo de necessidades educativas especiais, que veio a ser substituído por criança especial, anteriormente utilizado para designar a criança com deficiência. Porém este novo termo não se refere apenas a pessoa com deficiência; pois engloba toda e qualquer necessidade considerada atípica, o qual significa afastado do normal (Aurélio, p.112), demanda qualquer tipo de abordagem específica por parte das instituições seja de ordem comportamental, social, física, emocional ou familiar.

O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais se caracteriza por ser uma ação do sistema de ensino no sentido de acolher a diversidade ao longo do processo educativo constituindo-se em, um serviço disponibilizado pela escola para oferecer o suporte necessário às necessidades educativas especiais dos alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento.

O Atendimento Educacional Especializado constitui a parte diversificada do currículo dos alunos com necessidades especiais, organizado institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais comuns. Dentre as atividades curriculares específicas desenvolvida no AEE em salas de recursos se destacam: o ensino de libras, o sistema Braille, “o qual é a leitura e escrita em relevo constituído de 64 símbolos resultantes da combinação de seus pontos, dispostos em duas colunas de três” (ALMEIDA, 2010, p.42) e o soroban, instrumento de cálculo de origem japonesa, adaptado para uso de pessoas cegas, a comunicação alternativa, o enriquecimento curricular, dentre outros.

Além do atendimento educacional especializado realizado em salas de recursos ou em centros especializados, algumas atividades ou recursos devem ser disponibilizados dentre da classe comum, como por exemplo, os serviços de tradutor e intérprete de libras e a disponibilidade das ajudas técnicas e tecnológicas assistivas, entre outros.

Nesse sentido, o AEE pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos programáticos desenvolvidos na sala de aula, assim as atividades devem constituir um conjunto de procedimentos específicos, mediadores do processo de apropriação e produção de conhecimentos. Para Gomes (2005, p.50)

O atendimento educacional especializado atende a alunos com necessidades especiais, de características: alunos com deficiência, transtorno globais de desenvolvimento, são os que apresentam síndromes e por fim alunos que tenham altas habilidades e superdotação.

Esse atendimento contribui na formação do educando especial, bem como uma oportunidade de formar indivíduos, que no seu repertório de valores incluíam o respeito à diferença. Um desafio, porque não é fácil fazer educação, nem para pessoas consideradas “normais”, nem para as com deficiência, as oportunidades nos permitem conviver com limitações, que nos fazem repensar a nossa postura enquanto educação, educador formador de opiniões, alcançando o objetivo, o qual é termos uma escola que atenda a todos sem distinção.

Segundo a resolução 4º 02 de Outubro de 2009 o atendimento educacional especializado, tem como função complementar a formação do aluno disponibilizando-lhe recursos de acessibilidade e estratégias, que eliminem as barreiras e possibilitem sua plena participação na sociedade e o desenvolvimento de sua aprendizagem. Tal resolução, traz ainda, orientações quanto a disponibilização de serviços e esclarece os recursos de acessibilidade na educação, ou seja, o AEE conforme o Ministério da educação (2005), tem a função de: identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Esse atendimento é realizado na sala de recurso multifuncional da escola regular, no turno inverso a escolarização. Sendo assim, o atendimento educacional especializado para dar acesso ao conhecimento, requer: disponibilidade de professor ou instrutor de língua de sinais, de Braille, equipamentos e materiais especiais, de informática, softwares educacionais, recursos didáticos para o ensino de alunos com dificuldades de comunicação oral entre outros.

A escola que pretende ser inclusiva deve ser planejada, para gradativamente programar as adequações necessárias, e assim garantir o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais à aprendizagem e ao conhecimento.

A escola a desenvolver o Atendimento Educacional especializado deve oferecer todas as oportunidades possíveis para que nos espaços educacionais em que ele acontece, o aluno seja incentivado a expressar, pesquisar inventar hipóteses e reinventar o conhecimento livremente. Assim, ele pode trazer para os atendimentos os conteúdos advindos da sua própria experiência, segundo seus desejos, necessidades e capacidades. Para Gomes (2004, p.25) “o atendimento deve oferecer situações em que o próprio aluno tenha participação ativa na sua execução”.

Portanto, qual seria a finalidade do Atendimento educacional especializado? Propiciar ao aluno a construção de sua inteligência, dentro do quadro de recursos que lhe é disponível, tornando-se agente capaz de produzir significado/conhecimento. Fernandes (2004, p.26) ressalta que o AEE deve ser uma atividade que tenha como objetivo oferecer o ensino escolar especial adaptado para desenvolver conteúdos acadêmicos, o qual buscará o conhecimento que permite ao aluno a leitura, a escrita e a quantificação, sem o compromisso de sistematizar essas noções como é o objetivo da escola.

Dessa maneira o aluno constrói conhecimento para si mesmo, o que é fundamental para que consiga alcançá-lo, o aluno não depende de uma avaliação externa, pois, os dois: escola comum e atendimento educacional especializado, precisam acontecer concomitantemente, pois o benefício deverá caminhar de forma linear e sequencial.

A interface entre o atendimento educacional e a escola comum acontecerá conforme a necessidade de cada caso, sem a intenção primeira de garantir o bom desempenho escolar de cada aluno, ressalta GOMES (2004). Mas muito mais para que ambos os professores se empenhem em entender a maneira de lidar com o aluno, bem como a construção do conhecimento. Esse esforço de atendimento em conjunto não se caracteriza uma forma de orientação pedagógica do professor especializado para o educador comum, mas busca soluções para o benefício do educando.

1.3 Objetivos das salas de recursos multifuncionais

O Ministério da Educação implantou uma política de inclusão com o objetivo de tornar a escola um espaço democrático e inclusivo que acolha e garanta a permanência de todos os alunos, sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência e características pessoais.

Desta forma foram organizados documentos para sala de recursos multifuncionais, além de curso de formação destinado aos gestores, educadores dos sistemas educacionais, com parceria de Estados e Município, visando subsidiar técnicas e teorias pedagógicas na organização dos serviços de atendimento educacional especializado, que favoreça a inclusão de alunos com necessidades educacionais nas classes comuns do ensino regular (ALMEIDA, 2010, p.38)

Os princípios para organização das salas de recursos multifuncionais partem da concepção de que a escolarização de todos os alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais, se realize em classes comuns do ensino regular. Quando se reconhece que cada criança aprende e se desenvolve de maneira diferente e que o atendimento educacional especializado é complementar e suplementar a escolarização pode ser desenvolvido em outro espaço escolar.

O ambiente de aprendizagem está nas salas de ensino regular, em que se flexibiliza o processo pedagógico, cujos todos possam ter acesso ao currículo, beneficiando-se da escolarização. Para avançar nesse processo, além de conhecimentos e informações é importante a conscientização dos direitos dos alunos quanto as suas necessidades educacionais especiais, dessa forma serão respeitadas e valorizadas as diferenças, buscando apoio em outros espaços, dentro da própria escola para ampliar os recursos no avanço da aprendizagem dos educandos especiais.

Segundo Rodrigues (2010), os alunos com necessidade educacionais, têm assegurado na constituição federal de 1988, o direito à escolarização, realizada em classes comuns e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização que deve ser realizado em sala de recursos na escola, ou em centro de atendimento educacional especializado. Ainda para a mesma

autora, esse direito também estar assegurado na “LDBEN, lei nº 9394/96, no parecer do CNE/CID nº 17/01, na resolução CNE/CEB nº2, de 11 de Setembro de 2001, na lei 10.436/02 e no decreto nº5626, de 22 de Dezembro de 2005.”

Nesta perspectiva, as salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o AEE para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimento pelos alunos subsidiados para que desenvolva o currículo e participem da vida escolar.

A definição das sala de recursos multifuncionais é enfatizado por Rodrigues (2010, p.41):

A sala de recursos multifuncionais é, portanto, um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais. No atendimento, é fundamental que o professor considere às diferentes áreas de conhecimento cognitivo dos alunos, o nível de escolaridade, os recursos específicos para sua aprendizagem e as atividades de complementação e suplementação curricular.

O conceito supracitado relata o que é a sala de recursos bem como a sua organização desde os materiais a ser utilizado até o educador, com uma ressalva, saber observar as diferenças para assim trabalhar, isto é, de acordo com cada necessidade sem atividades homogêneas.

A denominação sala de recursos multifuncionais se refere a um espaço que pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para o desenvolvimento das diferentes atividades curriculares. Uma mesma sala de recursos, organizada com diversos equipamentos e materiais para atender, conforme cronograma e horários, alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação, dislexia, hiperatividade difícil de atenção ou outras necessidades educacionais especiais.

De acordo com Silva (2004), o atendimento de pessoas cegas, por exemplo, deve dispor de professores com formação e recursos necessários para seu atendimento educacional especializado. Para dar assistência a educandos surdos, deve se estruturar com profissionais e materiais binlíngues. Então, essa sala de

recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com a necessidade de cada contexto educacional.

A escola deve articular junto a gestão da sua rede de ensino, as condições necessárias para a implantação da sala de recursos multifuncionais, bem como a definição de procedimentos pedagógicos e à participação dos pais ou responsáveis. A esse respeito Aranha (2006, p.15) esclarece que:

Considerando as pessoas com necessidades educacionais especiais e ou deficiência tem, historicamente, se constitui num dos segmentos populacionais mais excluídos da convivência comunitária e que a legislação brasileira atual, determina que respostas sejam dadas às necessidades educacionais especiais presentes dos alunos, por conseqüência, é essencial que isto seja contemplado na elaboração do Plano Municipal de Educação, como decisão política e responsabilidade pública [...] Incluindo o atendimento educacional especializado, ofertado preferencialmente pela rede regular de ensino.

A construção de um sistema educacional inclusivo exige a transformação dos saberes e das práticas de todos os participantes da comunidade educacional, e, portanto, o envolvimento ativo de todos. Faz-se importante neste momento histórico, a previsão da função dirigente da educação especial, como elemento coordenador do processo de construção de uma nova realidade da educação.

A esse respeito Aranha (2006,p.30) explica: “sua atenção deverá estar especialmente voltado para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, suas necessidades que não se restringi a encaminhamentos; mas um papel interativo da escola, família, redes de apoio para promoção da inclusão educacional e social.”

1.4. Sala de recursos multifuncionais em Livramento, Paraíba

A partir da explanação supracitada, a rede de apoio que diz respeito à estância municipal é, pois, nesse contexto a qual a cidade de Livramento na Paraíba, a Sala de Recursos Multifuncionais foi implantada no ano de dois mil e nove, depois de uma dupla de educadores terem participado de uma formação continuada em Atendimento Educacional Especializado, oferecido pelo o MEC (Ministério de Educação e Cultura), a partir daí tem início com a finalidade de gerar multiplicadores, e assim nasce o GEESP (grupo de estudo em educação especial), pois na rede municipal de ensino já estavam matriculados educandos com alguns tipos de deficiência tais como: Síndrome de Down, deficiência intelectual.

Participaram do grupo de estudo denominado GEESP, um total de vinte e três educadores, uns tinham o desejo do conhecimento em educação especial os demais por ministrarem aulas para alunos com deficiência, mas todos com um único e preferencial desejo, o de transformar a utopia em realidade, isto é, praticar a educação inclusiva.

O GEESP era realizado um dia por semana em um período de dois anos, em horário contrário ao trabalho dos educadores, as disciplinas abordadas foram: Educação Especial, o percurso histórico: da segregação à inclusão, Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência mental, surdez, altas habilidades e superdotação, Deficiência Física, Visual, Ajudas técnicas e Tecnologias Assistivas, Dificuldade acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento, Síndrome de Down, TDAH transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade e por fim Autismo. Todas essas disciplinas contribuíram para o aprendizado dos professores, aguçando a curiosidade e maior dedicação aos estudos.

Segundo Barreto e Goulart, pela revista Marília (apud, 2008, p.93), esclarecem: O documento Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado, elaborado pelo Ministério da Educação e Secretaria Especial em 2006, ao se referir ao atendimento dos alunos com deficiência mental nas Salas de Recursos, reafirma as áreas de desenvolvimento e esclarece que “[...] os professores realizam a mediação docente de forma a desenvolver os processos cognitivos, também chamados processos mentais, que

oportunizam a produção do conhecimento” (ALVES, 2006, p. 21). Nessa perspectiva, cabe ao professor:

Realizar atividades que estimulem o desenvolvimento dos processos mentais: atenção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros; Proporcionar ao aluno o conhecimento de seu corpo, levando-o a usá-lo como instrumento de expressão consciente na busca de sua independência e na satisfação de suas necessidades; Fortalecer a autonomia dos alunos para decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas, a partir de suas necessidades e motivações; Propiciar a interação entre os alunos em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não - discriminação; Preparar materiais e atividades específicas para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. (ALVES, 2006, p. 23-24).

Para (Guhur, 2008, p.100) **Apud** pela revista Marília é evidenciado a inclusão junto à sala de recurso como: “Ignora-se que a inclusão, por constituir-se fenômeno social, só pode ser entendida enquanto parte essencial da exclusão, com destaque para o caráter contraditório presente na sua afirmação/negação”.

Nesse sentido, em concordância com a autora, não pretendemos entender, nem mesmo situar a Sala de Recursos como um elemento isolado da realidade social, mas compreendê-la em um contexto maior, o da Educação como um todo. Podemos ainda questionar: Qual a razão para a criação das Salas de Recursos de 5ª à 8ª séries? Dar continuidade ao trabalho já desenvolvido pelo apoio especializado nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Como o ensino regular vem lidando com os alunos que apresentam necessidades educativas especiais? Não seria mais um apoio criado com o objetivo de “mascarar” um processo implícito de exclusão?

Segundo o inciso 5 do art. 9º, os apoios especializados, dentre eles, as Salas de Recursos, podem ser oferecidos no Ensino Regular, direcionando seu atendimento ao aluno e ao professor ou professores da classe comum, e nas organizações especializadas, ligadas à rede de Ensino Regular. E, no artigo 11, define:

II. Sala de Recursos: serviço complementar de natureza pedagógica que se utiliza de recursos educacionais específicos e adequados às necessidades especiais dos alunos, oferecido dentro do próprio contexto escolar e conduzido por professor especializado. (CARVALHO, 1997, p. 119), citado pela revista Marília.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, instituídas pela Resolução nº 02/2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em consonância com a Constituição Federal e a Lei das Diretrizes e Bases, definem as Salas de Recursos como um apoio especializado, com o objetivo de dar suporte ao atendimento realizado nas classes comuns:

Salas de recursos: serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que freqüentam a classe comum. (BRASIL, 2001).

Assim, de acordo com a mesma Resolução, os alunos frequentadores desse apoio especializado podem ser subdivididos em três grupos:

1. Educandos que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações, não vinculadas a causas orgânicas ou relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
2. Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas, como cegueira, surdez, surda-cegueira ou distúrbios acentuados de linguagem, que necessitem adaptações curriculares, recursos e materiais especializados;
3. Altas habilidades/superdotação, com o objetivo de aprofundar e enriquecer esses conteúdos ou concluir em menor tempo a série na qual se encontra (BRASIL, 2001).

Diante dessas indagações, salientamos a importância de se refletir a respeito das mudanças educacionais voltadas à área da Educação Especial como um

processo amplo e, não apenas, como um elemento isolado de um contexto ainda maior – a Educação.

A sala multifuncional da cidade de Livramento atende uma quantia significativa de alunos com deficiência, são elas: 02 (dois) com Deficiência Auditiva, 09 (nove) com Deficiência Intelectual, sendo que desta nove 04 (quatro) com Síndrome de Down, 01(uma) com deficiência Física ,01 (uma) com altas Habilidades e Superdotação, 01 (uma) com deficiência Física, 02 (duas), com baixa Visão,01 (uma) deficiência múltipla totalizando um número de atendimento com 17 (dezesete) crianças.

Todas são crianças que frequentam o ensino regular de nível fundamental I tanto na Escola Municipal Maria Salomé, quanto na Instituição de Ensino Alcides Carneiro também Municipal, destas, quatro educandos residem na zona Rural. Este trabalho é feito por uma Pedagoga, Psicóloga, Assistente Social que faz o acompanhamento tanto com os educandos, quanto como os educadores que fazem parte do quadro efetivo do município, em horários alternados, de acordo com a disponibilidade da carga horária do educando, com a escola regular.

CAPÍTULO II

2. O OLHAR DOS EDUCADORES

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais o papel do professor consiste em promover a compreensão das informações para todos os alunos, que favoreça a integração, pois se baseiam na interação dos alunos entre si ao longo das atividades, no grupo, na classe, na escola e na comunidade.

Assim, o trabalho do professor deve estar marcado pelos os objetivos que ele pretende alcançar na área da linguagem e por um programa concreto para cumprir a meta de aprendizagem e desenvolvimento do aluno. É fundamental conversar com os pais a respeito desses objetivos e adequar o programa de educação especial de maneira que permita que a família colabore, aproveitando os contextos naturais e

cotidianos para estimular a linguagem e a aprendizagem do filho em qualquer fase da vida.

Atualmente o ensino vem demonstrando tamanho interesse pela qualificação dos educadores, em relação ao aperfeiçoamento da aprendizagem inclusiva, existindo assim cursos de capacitações com a finalidade de fazer com que o educador saiba trabalhar o aluno com deficiência.

Para ensinar uma turma, o professor parte do pressuposto que as crianças sempre sabem de alguma coisa, e que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe são próprios. É fundamental que o mesmo nutra uma elevada expectativa pelo aluno. O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades, deficiências e limitações precisam ser reconhecidas, mas não devem conduzir ou restringir o processo de ensino, como habitualmente acontece

Independentemente das diferenças de cada um dos alunos, o educador em sua prática pedagógica deve passar de transmissiva para uma pedagogia ativa, dialógica e interativa, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber. Dessa maneira explica, Farias (2004, p.43): “O professor deixa de ser palestrante, papel que é tradicionalmente identificado com a lógica de distribuição de ensino”.

Com isto o ele arranja e explora os espaços educacionais com seus alunos, buscando perceber o que cada um dele consegue aprender do que está sendo estudado e como procedem ao avançar nessa exploração.

Ao consultar os professores que trabalham nas escolas municipais *Alcides Carneiro* e *Maria Salomé*, a partir de tal realidade foi possível constatar que: seis educadores faziam parte do grupo de estudo há cinco meses, e quatro professores estavam em estudo desde o início”. Tais considerações assemelham-se a teórica Farias (2004, p.45) “o professor que engendra e participa da caminhada do saber consegue entender melhor as dificuldades e as possibilidades de cada um e provocar a construção do conhecimento com maior adequação.”

Ao serem questionados sobre influência que o grupo de estudo tem na sua vida pessoal intelectual. Os educadores responderam, em sua maioria, que têm um novo olhar para inclusão, e que as atitudes são mais humanas, e que cada educador também tem suas limitações, saberá trabalhar com mais segurança, como também atingir os objetivos dentro das limitações. A esta resposta Matoan (2007) indaga

que: “Eles esperam aprender uma prática inclusiva, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pré-definidos às suas salas de aulas, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas inclusivas.”

No que diz respeito à inclusão, a pesquisa afirmou que os educadores acreditam na educação inclusiva, e que já estavam vivenciando essa prática, ou seja, tinham educandos com algum tipo de deficiência, que já tem recebido muitas informações, é só colocar em prática, mas que precisa também de recursos viáveis.

Dessa forma, os alunos aprendem até o limite em que conseguem chegar, se o ensino for de qualidade, isto é, se o professor considera o nível de possibilidades de desenvolvimento de cada um e explora essas possibilidades, por meio de atividades abertas, nas quais cada aluno se enquadra por si mesmo, na medida de seus interesses e necessidades, seja para construir uma idéia, ou resolver um problema, realizar uma tarefa.

Estas respostas calcadas nos recursos que precisavam, reacende o paradigma das dificuldades encontradas, para isso os educadores destacaram que, a princípio, teriam sim dificuldade, sobre o que lecionar e sobre a socialização, mas que com o grupo de estudo as dificuldades diminuiriam, como também facilita adaptação com o aluno, bem como saber lidar com cada deficiência, sempre é claro em busca de ajuda, por isso que estavam em busca de conhecimento através do grupo de estudo em educação especial. A essas indagações o Ministério da Educação (2006, p.9), explana que a verdadeira escola: “È aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos reconhece e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades”.

O ser humano sofre influência de várias fontes, estas diversidades atuam de forma decisiva na formação do cidadão. Nesse contexto, vale salientar o que Farias (2004, p.45) explana: “Ensinar reafirmar a necessidade de se promover situações de aprendizagem que formem a uma trama multicolor de conhecimento, cujos fios expressam diferentes possibilidades de um grupo de pessoas que atua cooperativamente”.

Analisando a realidade verifica-se que a educação inclusiva vem ganhando espaço significativo, e que os educadores estão em constante aprendizagem. A formação do professor deve ser um processo contínuo que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de

apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola.

A formação do professor deve ser um processo contínuo que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de educação estes profissionais têm-se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola.

Ao reconhecer que faz parte de um sistema regulado por algumas práticas já cristalizadas, o grupo terá condições de buscar mecanismos que possibilitem a discussão e análise das questões que envolvem o seu fazer, as relações entre sujeitos, saberes e aprendizagens e criando novas práticas inclusivas. Dessa forma, cada contexto escolar deveria se situar como autor de seu projeto pedagógico, levando em conta as suas experiências.

Para tanto, é necessário um processo contínuo de interlocução entre educadores e encontros sistematizados com a equipe interdisciplinar de apoio, na perspectiva de manter um canal aberto de escuta para estes profissionais. Assim, é possível lidar com os impasses do cotidiano da sala de aula e do ambiente escolar, trocando experiências e aprendendo novas formas de ensinar. Além da formação profissional, muitos educadores ouvidos apontam como obstáculos ao processo de inclusão o grande número de crianças em sala e a falta de recursos para sustentação da prática pedagógica. Consideram que classes com menor número de alunos seriam mais acolhedoras e possibilitariam um trabalho mais cuidadoso.

Cabe salientar, ainda, que além de não serem generalizáveis, as adequações curriculares devem responder a uma construção do professor em interação com o coletivo de professores da escola e outros profissionais que compõem a equipe interdisciplinar.

A educação inclusiva no Brasil, ainda está em um processo embrionário, e sabemos que o apoio e investimentos dos governos são necessários. Todavia esperamos que o contínuo aprimoramento na formação continuada de professores, com o tempo sane ou pelo o menos minimize os pontos decedentes do atendimento aos que tem necessidades especiais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a execução desta pesquisa, percebemos que o atendimento educacional especializado tem grande importância no atendimento ao aluno com deficiência a se desenvolver na vida escolar, pessoal, social e favorecer a sua inclusão na escola. Observamos que apesar das dificuldades encontradas, tais como, falta de material específico para melhor trabalhar com cada deficiência, entre outros, o trabalho está acontecendo e estamos avançando gradativamente na inclusão dos alunos deficientes na rede pública de Livramento.

Algumas das escolas da rede estão recebendo o material da sala de recursos multifuncionais, que também contribuirá bastante para desenvolvimento do trabalho e favorecerá o aprendizado destes alunos, pois contém material diversificado e próprio para cada deficiência.

Porém, é importante destacar que a formação continuada para os educadores é de suma importância devendo acontecer cada vez mais, para que o trabalho seja melhor e mais eficiente. O êxito do processo de aprendizagem e da inclusão depende da formação continuada do professor, de grupo de estudos com os profissionais envolvidos, possibilitando ação, reflexão e constante redimensionamento da prática pedagógica.

Isto é inserido no grupo de estudo do GEESP, realizado por educadores, que buscam inovações, dando significado e assegurando o atendimento educacional especializado como recurso para melhoria da educação inclusiva. Junto às necessidades básicas do desenvolvimento físico, intelectual, socioafetivo, que garante o avanço na construção do conhecimento, mediante os procedimentos didáticos e estratégias metodológicas adequadas às necessidades de cada criança atendida.

Desde Antiguidade, com a eliminação física ou abandono, passando pela prática caritativa da Idade Média, o que era uma forma de exclusão, ou na Idade Moderna, em que o Humanismo, ao exaltar o valor do homem, tinha uma visão patológica da pessoa que apresentava deficiência. Então por reação contrária nasce o princípio de integração, por intermédio do atendimento educacional especializado, novo paradigma que veio para diminuir a exclusão de crianças com deficiência, e assim alcançar os objetivos propostos pelo o Ministério da Educação, isto é, educação para todos.

Acredita-se que para transpormos essa realidade de dificuldades e exclusão, é necessário proporcionar e incentivar a convivência com o outro, com o que parece diferente. E, com isso entender que desenvolver projetos, recursos, materiais acessíveis, implica em pensar uma educação que atende a todos, não um grupo em específico. É a garantia de um direito que proporcione além de condições básicas de mobilidade, comunicação e participação social, o alcance da independência e autonomia.

Cabe ressaltar que adotar uma postura que torne a educação para todos é algo que deve ser sentido e vivido concretamente, pois se trata de uma expressão de sociedade e cidadania. A prática escolar com uma atitude inclusiva prima pelas interações, pelo convívio em grupo, pela trocas de experiências e pela construção e vivências de valores, configurando-se em um cenário que vai além da aquisição de conhecimentos e atinge a constituição de uma identidade aberta e acolhedora da pluralidade e diversidade.

Desta forma, todos aqueles que fazem parte da escola têm que passar por um processo de transformação, re-significação de conceitos, construção de valores, ou seja, um novo olhar sobre o que é incluir de fato

Baseando-se em todas essas colocações, e acreditando na continuidade desse trabalho, o mesmo alcança o objetivo proposto; pois com todo o anseio do professor a inclusão deixa de ser utopia para se transformar em realidade.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janine Marta Coelho, ET AL. **Programa de formação e capacitação de profissionais em educação**. Consultoria Educacional Integrada. Monteiro, 2010.

BUENO, J.G.S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva**: subsídios para atuação do ministério público brasileiro. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério Da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Atendimento Educacional Especializado**: Brasília. MEC, 2004.

MANAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo; Cortez, 1996.

O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular: Fundação procuradora Pedro Jorge de Melo de Melo e Silva (organizadores). 2°. ed. Brasília, 2004.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, 1997.

Saberes e práticas da inclusão: **recomendação para a construção de escolas inclusivas**. 2°. ed. coordenação geral SEESP/ MEC. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

Dados Pessoais**Sexo:** masculino () Feminino ()**Idade** _____ anos**Profissão** _____**Escola** _____

- 1- Quanto tempo você fez GEESP?
- 2- Que influencia esse grupo tem na sua vida pessoal e intelectual?
- 3- Hoje você acredita no processo de inclusão de pessoas deficientes na rede regular de ensino? Justifique sua resposta.
- 4 - Comente as dificuldades que você encontra ou que pode encontrar ao trabalhar com um aluno especial?